

Autora: Sofia Silva Lemos - Coautora: Daniela Aparecida Pacífico

Universidade Federal de Santa Catarina - Centro de Ciências Agrárias - Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas

Agroecologia como cuidado do corpo território

Resumo

Essa apresentação traz a agroecologia como uma prática de cuidado do corpo território, articulando contribuições do pensamento contra colonial e do ecofeminismo. Parte-se deste conceito afirmado por feminismos indígenas, negros e camponeses de Abya Yala, que compreende corpo e território como dimensões indissociáveis, afetadas conjuntamente pelos processos históricos de colonização, patriarcalização e mercantilização da vida. As violências dirigidas aos territórios como a expropriação da terra, a imposição das monoculturas e o uso intensivo de agrotóxicos incidem diretamente sobre os corpos, sobretudo os corpos das mulheres, historicamente responsabilizadas pelo cuidado da vida e, simultaneamente, desvalorizadas e marginalizadas por esse trabalho. E são também as mulheres que, muitas vezes, organizam a resistência através deste cuidado com a agroecologia.

Em um contexto de crise civilizatória, a agroecologia emerge como uma estratégia de (r)existência frente ao modelo hegemônico do agronegócio e da agricultura patronal. A partir de experiências protagonizadas por mulheres agricultoras, povos indígenas, comunidades quilombolas e camponesas, a agroecologia é compreendida não apenas como um conjunto de técnicas produtivas, mas como um modo de vida que considera os saberes ancestrais, relações multiespécies¹, circuitos curtos de produção e consumo e a autonomia dos territórios.

O conceito de cuidado enquanto ética e prática política, destaca sua centralidade na sustentabilidade da vida humana e não humana. Ao politizar o cuidado com a terra, com as sementes, com a alimentação e com os corpos a agroecologia tenciona hierarquias de gênero, raça e classe, promovendo processos de emancipação social, construção de territórios sustentáveis e saudáveis e fortalecimento da soberania alimentar.

¹ Abordagem antropológica que estuda a interação humana e não humana, contrariando a centralidade do humano e desafiando a separação entre natureza e cultura.

Perceber o Antropoceno implica reconhecer as responsabilidades históricas do colonialismo e suas violências com o povo e com o ambiente. É com esperança que trago experiências que produzem formas contra-hegemônicas de habitar e cuidar do corpo e da Terra. Com o intento de aprendermos com essas formas que valorizam a diversidade, resistem à dominação e criam redes que sustentam a soberania popular e a manutenção da vida. Compreende-se que a agroecologia é um cuidado do corpo território constituindo um eixo fundamental na criação de territórios sustentáveis e saudáveis, contribuindo para o bem viver das comunidades e para a reconfiguração das relações entre humanos e natureza.

Introdução

Nessa apresentação apresento a agroecologia como um cuidado do corpo território, e nesse sentido como resistência à “dominação”. Compreendendo como esse cuidado com a terra, realizado por pequenos e pequenas agricultoras, torna a agricultura saudável e sustentável, dando base para autonomia e bem viver. Relaciono a agroecologia e a promoção da soberania alimentar com o cuidado com os corpos, os coletivos comunitários e seus territórios.

A sindemia global, que conjuga situações de fome, subnutrição e obesidade com mudanças climáticas, compõe um cenário de crise civilizatória ampliada, que conjuga dimensões econômicas, sociais, culturais, políticas e ambientais (CORADIN & OLIVEIRA, 2024), é urgente encontrar saídas que andem na contramão do sistema que causa esses desastres. Esse texto também busca criar *(r)existência* aos impactos sanitários e ambientais gerados pela agricultura patronal e pelas grandes corporações capitalistas.

Corpo território, Mulheres e Ecofeminismo

Através dos sentidos nos conectamos com os territórios: ouvimos o que o rio nos diz, conversamos com as fazendas, os campos de milho e rimos com os pássaros; isto é, são os sentidos que nos conectam aos territórios (...) pensamos no corpo como nosso primeiro território e reconhecemos o território em nossos corpos: quando os lugares em que habitamos são afetados, nossos corpos são afetados, quando nossos corpos são afetados, os lugares em que habitamos são violados. (CRUZ, 2017 apud CORADIN & OLIVEIRA, 2024)

A expressão ***corpo território*** afirmada pelo feminismo indígena, negro e camponês de Abya Yala e pelo ecofeminismo, tece essa unidade em que nosso corpo e nosso território são

afetados conjuntamente. “O corpo território traz para o centro do debate geográfico e político a inter-relação entre corpo-território-terra, assegurando a existência do coletivo em condições de dignidade, motivo pelo qual a defesa do território se converte em defesa da própria vida do corpo coletivo” (ALVES, 2021).

“A colonialidade opera com base na violência, expropriação e exploração”. Experiências de como mulheres constroem seus corpos em relação com seu território e a comunidade, restituindo resiliência, tem o potencial para abordar integralmente a saúde, pois compreende como elas conservam a sociodiversidade na reprodução de seu modo de vida. Dar voz a isso contribui para o agenciamento, *agenciamento* é a capacidade de criar *subjetividade ativa*, capaz de emancipar socialmente as pessoas (CORADIN & OLIVEIRA, 2024).

Silvia Federici (2017) demonstra que há uma correlação entre a subjugação desses povos e o acontecimento de caça às bruxas, no contexto europeu, em que camponesas(es) foram torturadas(os) e queimadas(os), enquanto suas terras comunitárias (formas coletivas de posse da terra) foram expropriadas e transformadas em propriedade privada. Conforme a autora, tanto no “velho” quanto no “novo mundo”, grande parte das resistências, contra os cercamentos e a expropriação da terra, foi feita por mulheres. Milhares delas foram classificadas como bruxas e conduzidas às fogueiras durante os séculos XVI e XVII, acarretando uma ação de controle, aniquilamento e extermínio de seus corpos e de seus modos de existência. Por conseguinte, essas pessoas passaram a ser reduzidas à força de trabalho (WEDIG e RAMOS, 2023).

No patriarcado a natureza se compara a uma perigosa mulher que deve ser dominada. O ecofeminismo, sendo contra a lógica de dominação, é contra a dominação não só de gênero, mas de todos os tipos: raça, classe, etnias, da natureza etc. Todas e todos que são colocados como periféricos diante da hierarquia da dominação, inclusive a natureza, se convertem em subdesenvolvidos, primeiro por definição dos colonizadores e logo, através do processo de colonização opressora, em realidade (GADELHA, 2020). Por isso é tão importante o reconhecimento do valor do que é posto à margem e a resistência para compreender um coletivo que leve em consideração as partes sem dominação.

O princípio feminino está associado com a não violência criativa, o poder criativo em forma pacífica (SHIVA, 1998 apud GADELHA, 2020). As formas de organização através do matriarcado, não é o inverso do patriarcado (mulheres oprimindo homens), mas um modelo centrado no feminino que valoriza corpo, comunidade, cooperação e consenso. Sendo uma

resistência ao agronegócio de pacotes prontos, que causam dependência e violação de corpos e territórios através do envenenamento dos corpos e dos ambientes. Nesse sentido é uma resistência ao modelo hegemônico de produção e consumo. Criar formas de viver no território respeitando a natureza, as mulheres e crianças, as vulnerabilidades são a essência do ecofeminismo e do cuidado do corpo território. Nesse sentido a agroecologia é uma prática potente e a soberania alimentar um norte de autonomia .

Noronha (2020) cita Vasconcellos (2015) e Siliprandi (2015) que concordam que a articulação e mobilização nacional de movimentos de mulheres tem trazido políticas para as mulheres que plantam. Um exemplo é o PAA² e PNAE³ que devem comprar de mulheres no mínimo 50% do recurso, em um esforço de aumentar a autonomia das mulheres (Lei 14.660/2023). Embora ainda tenham desigualdades e injustiças profundas. Algumas dessas lutas e conquistas têm ocorrido por meio da agroecologia, que contesta o modelo de agricultura industrial regido por grandes corporações. A agroecologia passa a ser uma ferramenta de empoderamento e emancipação de comunidades oprimidas. As mulheres das comunidades passam a ser reconhecidas como sujeitos autônomos e capazes de germinar a emancipação. E o sentido integrativo entre corpo e território passa a fomentar esse movimento.

A vitalidade do corpo da mulher Kalunga é sua expressão de confiança na vida, consciente de viver em um território provedor. (DIAS apud CORADIN & OLIVEIRA, 2024)

Construir territórios sustentáveis e saudáveis exige uma apropriação crítica pelos sujeitos, a partir da ecologia de saberes e por meio de uma pedagogia da autonomia, resultando em governança local solidária, produção sustentável e políticas efetivas de cidadania. O conceito de territórios sustentáveis, mais que apontar uma situação objeto, precisa se pautar pelo empoderamento e produção de autonomia, equidade e sustentabilidade, buscando construir cartografias epistemológicas contra-hegemônicas derivadas do cotidiano reinventado criticamente. A saúde, vista por esse olhar, está ligada à construção dos determinantes sociais e é entendida enquanto capacidade de andar a vida; está ligada à capacidade dar limite ao que constrange a manifestação da vida, bem como implica a capacidade de construir resiliência e resistência individual e coletiva (CORADIN & OLIVEIRA, 2024).

Mulheres agricultoras que compreendem a fusão entre as questões ambientais e as lutas feministas estão aptas a criar novas relações com o território (NORONHA, 2020). E os territórios, são considerados mais que uma base material, e esse “algo mais” só é captado

² PAA: Programa de Aquisição de Alimentos

³ PNAE Programa Nacional de Alimentação Escolar

pelo reconhecimento de outras ontologias. A consideração da riqueza da nossa sociobiodiversidade traz elementos para tornar nosso território saudável e sustentável.

Compor com Gaia se refere às práticas que resistem ao que poderíamos chamar de “antropocentrismo proprietário”, ou seja, a suposição de que a Terra seja um domínio disponível para a apropriação (Maizza & Oliveira, 2022).

Colonização, Resistências e (r)Existências

“A ideia é praticar a descolonização através do corpo e isso não se diz, se faz” (CUSICANQUI apud El Salto, 2019).

O capitalismo transformou a *natureza* em “recursos” e mercadorias, por meio do avanço das monoculturas, fortemente apoiado por políticas e legislações estatais (ROSSET; MARTINEZ TORRES, 2016 apud WEDIG, 2023). As grandes empresas intensificaram o controle econômico, político, social e ambiental com a chamada Revolução Verde. Multinacionais passaram a disseminar sementes híbridas e geneticamente modificadas, fertilizantes sintéticos, agrotóxicos, e a mecanização com base em combustíveis fósseis (GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 1990 apud WEDIG, 2023). Trazendo envenenamento para os corpos e territórios, oprimindo, ainda mais, os povos e continentes historicamente explorados pelo processo colonizador.

Tal padrão de poder traz sérias consequências para os povos da terra, que foram perdendo o direito de permanecer em seus territórios de vida e impedidos de realizarem suas práticas e saberes. “No contexto brasileiro, esses coletivos são os povos indígenas, quilombolas, seringueiros, assentados e acampados da reforma agrária, pescadores artesanais, ribeirinhos, quebradeiras de coco, entre outros, que estabelecem intensa relação com os seres que coabitam o planeta” (WEDIG e RAMOS, 2023).

As vozes e histórias desses povos, são silenciadas pela colonização. De acordo com Vandana Shiva (2003), a partir desse saber científico dominante, produz-se uma monocultura mental, análoga à monocultura de plantas, que tenta fazer desaparecer o espaço de alternativas locais, ocultando saberes agrícolas relacionados à sociobiodiversidade. Um exemplo disso são as sementes cultivadas há milhares de anos por coletivos indígenas e camponeses, classificadas como “primitivas” e “inferiores”, mesmo quando seu valor nutricional era comprovadamente maior. A monocultura elimina todas as demais plantas que compunham as roças e florestas (WEDIG e RAMOS, 2023).

“Nossa luta atual precisa curar essas duas chagas — a destruição dos povos originários e a escravidão, que empurrou o povo preto para as favelas — e precisa também reequilibrar as cidades. Por isso, a questão da luta pela terra, pelo território, é uma luta que diz respeito não apenas aos camponeses, mas a todos nós. Ao contrário dos que defendem que isso é coisa do passado, essa luta está na ordem do dia: curar essas duas chagas e reequilibrar a vida nas cidades, o que não é uma tarefa simples, fácil de fazer. É algo muito difícil” (OLIVEIRA, 2020).

No entanto, há cinco séculos, esses coletivos resistem e lutam para manter/ou recuperar seus territórios. Resistem ao antropocentrismo como forma de relação, na qual os seres não humanos passaram a ser vistos como fontes de matérias-primas e recursos para a acumulação do capital. Entre os efeitos já mencionados dessas ações, estão também: a contaminação da terra e do ar; o esgotamento de lagos e rios; a poluição dos mares; a simplificação dos ecossistemas; a morte de pessoas e outros seres; a perda da biodiversidade; a ampliação das áreas desertificadas e a contaminação dos alimentos, gerando graves consequências para a saúde. Opondo-se a essas violências, as pessoas que são colocadas às margens resistem. E (r)existem por meio de modos de vida relações multiespécies. Essas relações são fundamentadas no respeito de seres humanos e não humanos de forma horizontal, opondo-se a hierarquização pela colonização. (WEDIG e RAMOS, 2023). A palavra (r)existência passa a ser considerada justamente para enfatizar a união indissociável entre o ato de existir e o ato de resistir que permitem conectar pluralidades de vivências de diferentes povos, podendo ser compreendida como uma ecologia de saberes e das práticas, que apesar de marginalizadas, resistem, e são a base de movimentos de agricultores que lutam por uma forma de viver para além da insanidade do capitalismo (STENGERS, 2018 apud WEDIG e RAMOS, 2023).

“Junto à descolonização da terra e do território, temos que descolonizar nosso pensamento, nossa alma. Cuidar, portanto, da existência para viver na terra e no território. Quais alimentos nós precisamos recuperar? Como os povos originários vivem, como é a relação deles com a natureza, o que retiravam da natureza, sem deixar de preservá-la? Ou seja, isso significa construir nossa soberania alimentar. Nós não conseguimos reproduzir a semente, a não ser comprando o pacote tecnológico, que precisa ser constantemente renovado. A Monsanto se apropriou das sementes, a Bayer domina os venenos e os remédios. Dez empresas dominam o mercado de alimentos. Estão aí, envenenando a terra, envenenando a gente. É um círculo fechado. Como vamos sair disso? Recuperando

as nossas sementes. As sementes crioulas, as sementes tradicionais” (OLIVEIRA, 2020).

Questionar as bases da subordinação patriarcal é a base de muitos movimentos que tem como prática de luta o feminismo e a agroecologia. A Marcha das Margaridas é um exemplo. O próprio sujeito político, unificava os vários grupos sociais ali representados, mostrando que as diferenças eram “capazes de se misturar” para compor a resistência pela luta popular por território e pelo respeito às mulheres (AGUIAR, 2016).

Cuidado

Em inúmeras manhãs e inícios de tardes, mulheres jarawara se juntam em grupos de duas ou mais pessoas e resolvem “dar um pulo no roçado”. Os roçados ficam, em sua grande maioria, a não mais do que 30 minutos de caminhada lenta. Essas idas repentinas, e muito apreciadas, às plantações geralmente são para “olhar, espiar, ver” (kakatoma), cuidar das plantas e às vezes conversar com elas (...). Na maioria das vezes elas voltam com algum tipo de alimento para consumo imediato; um pequeno pãozinho cheio de carás ou de macaxeira, uma pré-refeição antes do almoço ou jantar, muito apreciada por todos, sobretudo por quem ficou em casa. Nesses passeios há sempre momentos de conversas, de trocas, de degustação, de cuidado e ensino aos cachorros que sempre estão por perto. São nesses passeios que elas relembram momentos engraçados que vivenciaram, falam sobre suas preocupações, o que estão pensando em fazer nos dias seguintes, mas também sobre outras pessoas, outras aldeias, os Brancos, a próxima festa... Enfim, conversam e desfrutam a companhia umas das outras. Em geral, nessas caminhadas e visitas, os/as filhos/as pequenos/as são deixados/as em casa sob o cuidado de uma outra pessoa, mas esperam ansiosamente as coisas apetitosas que serão trazidas por suas mães, irmãs ou tias (Maizza & Oliveira, 2022).

O cuidar não é via de mão única: aquele que é cuidado conforma o cuidador (Bellacasa, 2017 apud Maizza & Oliveira, 2022).

O cuidado é central para a vida diária. Coradin cita Maria Puig de la Bellacasa (2017): “O cuidado é onipresente. Apesar de ser colocado como uma atividade marginal pela colonização. Alguém precisa cultivar os alimentos, alguém precisa cozinhá-los e alguém precisa dedicar tempo e afeto à criação das crianças”. A discussão sobre o cuidado precisa ser entendida como responsabilidade de todas as pessoas, indistintamente. Além disso, essa autora observa as práticas de cuidado em outros grupos minoritários, como entre imigrantes

ou pela população negra, para argumentar que o recorte de gênero não é o único possível para o debate sobre cuidados (CORADIN & OLIVEIRA, 2024).

O conceito enquanto ética decorre de alguns paradoxos em nossa sociedade: “o cuidado, prática essencial para a sustentabilidade da vida humana, é desvalorizado”; quem cuida, realizando uma atividade central para a sobrevivência humana, é marginalizado; e a população privilegiada (gênero, raça e classe social), “a quem os esforços de atendimento das necessidades concretas são prioritariamente voltados, é completamente dependente”, mantendo um senso de “irresponsabilidade privilegiada”, como popularizado pela teórica Joan Tronto. No patriarcado a esfera reprodutiva é considerada inferior e subordinada à produtiva (CORADIN & OLIVEIRA, 2024).

“O Assentamento hoje conserva e cuida da individualidade e cuida também do processo coletivo. Estão entrelaçados. Para nós, essa parece ser a melhor forma: respeitar a individualidade e cultivar o coletivo. Tem coisas que o indivíduo não faz, só com o coletivo é possível fazer” (OLIVEIRA, 2020) .

Puig de la Bellacasa (2015) chama de políticas de cuidado um conjunto de atividades que criam mundos onde é possível viver, que estabelecem obrigações e responsabilidades. O cuidado com a vida humana e com as necessidades básicas têm uma dimensão objetiva e outra subjetiva (que inclui afeto, cuidados, segurança psicológica, relações e laços humanos significativos) (CORADIN & OLIVEIRA, 2024). O reconhecimento de que essas atividades em nossos territórios devem ser atribuição de todas e **todos**, e de que o objeto do cuidado não se restringe ao universo humano, é fundamental para resistirmos aos problemas sócio-ambientais que estamos enfrentando.

O papel das mulheres como criadoras de novos conhecimentos na agroecologia incide sobre elas uma visão não tradicional e de reconhecimento do seu papel de cuidadora. As preocupações pela questão da preservação das sementes crioulas ou seu engajamento com a tradição das plantas medicinais e mais recentemente a incorporação por muitos movimentos de mulheres populares no projeto da agroecologia, desde essa perspectiva analítica podem ser entendidos como esforços concretos dessas mulheres de politizar o cuidado com a saúde das famílias e com o meio ambiente, não perdendo, vale destacar, o norte político de se repensar a questão fundiária e de distribuição de terras. (VASCONCELLOS, 2017, p. 364 APUD NORONHA, 2020)

[...] a gente começou a dar relevância para esta pauta. [...] as condições que nós estamos vivendo proporcionaram os elementos para que nós começássemos a

desenvolver essa ideia agroecológica de relação com a natureza, de cuidar da mata, de construir condições de existência por dentro da mata (MTST apud PALM e PORTO, 2024)

Agroecologia como cuidado do corpo território

Para contrapor a esse modelo colonial extrativista de dominação, discutiremos a agroecologia como uma prática de cuidado do corpo território, que considera e põe em prática modos de existência e conhecimentos ancestrais dos povos, criando possibilidades de “ressurgências multiespécies⁴ frente às catástrofes” (ALVES, 2021).

A agroecologia, que a partir de 1970, uni ciências, práticas e movimentos sociais, e atua como resistência na agricultura familiar ao modelo agrícola hegemônico (agronegócio) ao promover a soberania alimentar, diversificação de culturas, valorização dos saberes tradicionais e autonomia produtiva, sem dependência de agrotóxicos ou insumos externos (SILIPRANDI, 2015 apud WEDIG e RAMOS, 2023).

Mais de três quartos de todas as ocupações existentes atualmente no meio rural do país estão vinculadas diretamente às agriculturas familiares e camponesas. São enormes as diferenças em termos de capital social e desenvolvimento territorial, quando essas são comparadas às áreas dominadas pela agricultura patronal. A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) surge em decorrência das lutas dos movimentos sociais, sobretudo das mulheres e especialmente a partir das reivindicações da Marcha das Margaridas. Stropasolas (2017) indica a importância de articular Pronaf, PAA, PNAE, PRONAT, e demais políticas públicas, para dar limites ao agronegócio e à agricultura patronal. E retrata que os desafios complexos vinculados às problemáticas de gênero, geração e sucessão familiar, aliados aos problemas estruturais não resolvidos no campo, promovem hierarquias, desigualdades e invisibilidade social (STROPASOLAS, 2017).

[Com a agroecologia] Mudou o jeito que mexe com a terra, o modo de preparar, o carinho mesmo que a gente tem com as mudas, com as plantas... até isso deixa a gente calma. (Margarida/MST apud NORONHA, 2020)

Noronha traz que nos mutirões do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) as pessoas trocavam mudas e sementes, conhecimentos sobre técnicas,

⁴ ressurgências multiespécies: conceitos antropológicos e ecológicos que descrevem o ressurgimento de formas de vida, relações e paisagens, humanas e não humanas, em ambientes perturbados, danificados ou pós-industriais

compartilhavam receitas, dúvidas, sofrimentos e experiências, e desses encontros passaram a planejar parcerias e a criação de novos projetos. A mudança do foco de produtividade para a melhoria da *qualidade* é uma mudança de valores que abarca as relações cotidianas, o alimento deixa de ser produto, para ser fundamento para a vida. Trabalhar com a agroecologia ou com as agroflorestas muda como as pessoas organizam seu tempo e seu espaço, trazendo autonomia que permite a agricultura, o sustento e a criação (NORONHA, 2020).

Compreender toda a complexidade de processos biológicos e tecnológicos, socioeconômicos e políticos que intervêm nas formas de relação com a natureza pelos seres humanos é interesse da agroecologia. O antropocentrismo, assim como a crença no progresso ilimitado, são colocados em questão. O “neopopulismo agrário”, é uma recuperação do pensamento de Chayanov com os últimos escritos de Marx, onde ganham relevância os estudos sobre o modo de vida camponês, e sua racionalidade própria. Propõe, desta forma, a participação ativa dos camponeses na produção dos conhecimentos sobre a realidade rural (SILIPRANDI, 2005), uma ruptura nas relações de poder que distingue entre o “pesquisador-sujeito-que sabe”, frente ao “pesquisado-sujeito-que ignora” (Ibañez, 1979, apud SILIPRANDI, 2005).

Haraway (2016, p.141 apud WEDIG e RAMOS, 2023) definiu a agroecologia como a união de “forças para reconstituir refúgios, para tornar possível uma parcial e robusta recuperação e recomposição que deve incluir o luto por perdas irreversíveis”, em um “renovado florescimento generativo” com base nos saberes-fazeres agrícolas ancestrais. Emma Siliprandi (apud WEDIG e RAMOS, 2023) considera a agroecologia “como um conjunto de conhecimentos voltados à construção de uma agricultura sustentável”. Vandana Shiva (apud WEDIG e RAMOS, 2023) define agroecologia como as agriculturas que compõem as florestas de onde provêm alimentos, fertilizantes e remédios. Percebida como formas agrícolas regenerativas (re)criadas com interações multiespécies e conhecimentos locais. O que torna a agroecologia um campo que interage e percebe o saber originário e comunitário dos povos que seguem plantando seu próprio alimento. *Percebemos assim o cuidado do corpo território e suas concepções no cerne dos alinhamentos do campo da agroecologia* (WEDIG e RAMOS, 2023).

Essas agriculturas, intimamente relacionadas aos ecossistemas, também são baseadas em circuitos curtos e descentralizados de produção, consumo e comercialização de alimentos, contrapondo-se ao agronegócio. Os circuitos curtos trazem aproximação entre agricultores e

consumidores, aciona o interconhecimento, a solidariedade e promove mecanismos de confiança que acabam por reduzir riscos. Murdoch et al. (2000) citado por Gelbecke (2018) se referem às relações de proximidade como *embeddedness* ou enraizamento das relações sociais, e defendem o papel delas no fortalecimento dos valores comunitários, de justiça e segurança alimentar. A proximidade torna o mundo mais caloroso, personalizado e autêntico. Circuitos curtos levam em consideração às características de um território específico, estreitamento das relações, contando com mais informações sobre o alimento e considerando a origem, sustentabilidade e segurança alimentar (GELBCKE, 2018).

Agroecologia se distingue da chamada agricultura orgânica, esse modelo não se conecta aos modos de vida dos diversos povos e às relações multiespécies, que estão no cerne da agroecologia. Alguns estudos têm demonstrado que são, principalmente, as mulheres que se agregam à agroecologia, por estarem mais envolvidas com as questões que foram desvalorizadas pelo colonialismo (PLOEG, 2008 apud WEDIG e RAMOS, 2023).

O Encontro Nacional de Agroecologia demanda, também, o “acesso à terra, à água, às sementes e às condições de produção e comercialização com autonomia e liberdade”, além de uma vida sem violência (CARTA POLÍTICA do III ENA, 2014). Com uma reafirmação das mulheres como base: “sem feminismo não há agroecologia”. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – têm mobilizado a agroecologia como modo de vida e produção, em defesa da biodiversidade e da soberania alimentar (WEDIG e RAMOS, 2023). Para que a agroecologia aconteça é preciso concretizar uma efetiva revisão e uma mudança nas relações de gênero e da humanidade com a natureza e outros seres, baseada em igualdade, equidade, solidariedade, compartilhamento de tarefas de cuidado e valorização da vida (FURTADO DA SILVA et al, 2021).

A agroecologia trata desde a utilização do solo até o debate sobre direitos humanos. Também traz como base a Soberania Alimentar. Furtado da Silva (2021) cita Anne Deepak (2014) que relata pesquisas sobre o rendimento das culturas em projetos agroecológicos, mostrando um aumento médio de 80% em 57 países em desenvolvimento. E também cita Bárbara Flores e Salvador Trevizan (2015), quanto mais forem investidas ações de fomento dos princípios e valores do ecofeminismo, maiores serão as repercussões positivas para o alcance da sustentabilidade ambiental, local e comunitária. É imperativo reconhecer que espaços reprodutivos e de cuidado também são espaços de poder (FURTADO DA SILVA et al, 2021).

La Via Campesina (LVC), movimento internacional que defende os direitos dos agricultores, estabeleceu a Soberania Alimentar como: o direito de cada povo a definir

suas próprias políticas agropecuárias e alimentares, formular políticas e práticas comerciais que melhor sirvam aos direitos da população, a dispor de métodos e alimentos inócuos, nutritivos e ecologicamente sustentáveis (LVC, 2001). “A Soberania Alimentar foi assumida por movimentos sociais urbanos e rurais como um projeto político de transformação do sistema alimentar, que enfatiza a democratização da agricultura e da alimentação, os direitos e a autonomia de produtoras e produtores”. Este processo se fundamenta nas relações horizontais de cooperação e na defesa coletiva dos bens comuns. Para além da soberania alimentar, é afirmada a soberania popular (FURTADO DA SILVA et al, 2021).

A Rede Ecovida, atuante na região Sul do Brasil, é uma articulação fundamental para a soberania alimentar ao fomentar a agricultura familiar, agroecologia e circuitos curtos de comercialização. A capacidade de criação e inovação de cada parte está condicionada ao seu grau de autodeterminação. A qualidade de vida que se propõe a partir dos ecologistas, das mulheres, dos movimentos de solidariedade, requer mudanças dos estilos de vida. Experiências e dinâmicas de inovação como a da Rede Ecovida de Agroecologia, avançam e criam espaços alternativos de mercado e de organização social (ROVER, 2011).

Conclusão

Ao longo deste ensaio, buscou-se evidenciar que a agroecologia, compreendida a partir de abordagens contra coloniais e ecofeministas, ultrapassa a dimensão técnico-produtiva da agricultura, constituindo-se como uma prática política, ética e ontológica de cuidado do corpo território. A partir da noção de que corpo e território são indissociáveis, foi possível compreender como as violências impostas aos territórios pela colonização, pelo patriarcado e pelo capitalismo incidem diretamente sobre os corpos, especialmente os corpos das mulheres, historicamente responsabilizadas pelo cuidado da vida e, simultaneamente, marginalizadas por esse mesmo papel.

Nesse sentido, a agroecologia emerge como uma estratégia de (r)existência frente ao modelo hegemônico do agronegócio e da agricultura patronal, ao valorizar saberes ancestrais, relações multiespécies e formas coletivas de organização da produção e da vida. Sendo o cuidado como princípio organizador de territórios sustentáveis e saudáveis.

A articulação entre agroecologia, agricultura familiar e soberania alimentar evidencia que a produção de alimentos saudáveis está intrinsecamente ligada à defesa dos territórios, à democratização do acesso à terra e ao reconhecimento dos direitos dos povos do campo, das florestas e das águas. Em um contexto de crise civilizatória e pandemia global, a agroecologia

se afirma como um caminho contra-hegemônico capaz de enfrentar, de forma integrada, as desigualdades sociais, as injustiças ambientais e os impactos sanitários produzidos pelo sistema agroalimentar dominante.

Assim, reafirma-se que cuidar do corpo-território é um ato político e coletivo, que convoca a construção de novas formas de saber, baseadas na interdependência, na reciprocidade e na responsabilidade compartilhada pela manutenção da vida. Agroecologia e o cuidado do corpo território se relacionam nesse processo contra colonial de fazer agricultura voltada à saúde e bem viver das comunidades e territórios, gerando benefícios para as populações de agora e para as futuras.

Será que podemos confiar numa forma contra colonial de sustentar a vida?

O conceito de confiança na agroecologia tem função preponderante e é regulada por “encontros sociais heterogêneos, em que todos os atores não são humanos e todos os humanos não somos ‘nós’” (TRUNINGER, 2013).

A partir de quais encontros é possível confiar nesse saber ancestral de cuidar de si e da T/terra?

Sabendo que os povos originários, deixaram a *terra preta de índio* como um encontro que testemunha a possibilidade de viver em um território e deixar ainda mais fértil do que encontrou. Mostrando que é possível o cuidado coletivo. Contrariando as devastações que vem acontecendo e destacando que é possível deixar para nossas futuras gerações um corpo território saudável. Como vamos disponibilizar da agroecologia para cuidar do corpo território?

Revisão bibliográfica

AGUIAR, Vilênia Venâncio Porto. **Marcha das Margaridas: processo, movimento e criação**. 2016.

ALBERT, B.; KOPENAWA, D. **O Espírito da Floresta**. Título original: Yanomami: L'esprit de la forêt. Tradução: Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2023. 232 p.

ALVES, Hellen Virginia da Silva. **Contribuições decoloniais e feministas ao debate geográfico sobre corpo e território: mulheres da Terra Indígena Kaxarari e Rio Guaporé e a defesa do corpo-território**, *Confins* [En ligne], 53 | 2021, mis en ligne le 23 décembre 2021, DOI : <https://doi.org/10.4000/confins.43017>

CAVALHEIRO, Larissa Nunes Cavaleiro. **Direito Ambiental e Direitos da Sociobiodiversidade e Sustentabilidade na Constituição Brasileira**. 2017

CORADIN, Cristiane; OLIVEIRA, Simone Santos. **Contribuições do conceito de corpoterritório e dos feminismos comunitários para pensarmos na construção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis**. ENSAIO • Saúde debate 48 (spe1) • Ago 2024 • <https://doi.org/10.1590/2358-28982024E18731P>

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Anti-domesticação**. PISEAGRAMA, Belo Horizonte, edição especial Vegetalidades, p. 34-45, set. 2023

DE PAULA, Natália Ferreira; BEZERRA Islandia; PAULA, Nilson Maciel. **Saúde coletiva e agroecologia: necessárias conexões para materializar sistemas alimentares sustentáveis e saudáveis**. Saúde debate 48 (spe1) • JUN 2022 •

EL SALTO. Disponível em

<https://www.elsaltodiario.com/feminismo-poscolonial/silvia-rivera-cusicanqui-producir-pensamiento-cotidiano-pensamiento-indigena?fbclid=IwAR0PBGz6bIIQkGMTgtyPNrDEs8DoRh4f1IIRt2jjGMdIIVmIpph_KyfmbhS0> Acesso em 29/01/2026

FAO, Food and Agriculture Organization. disponível em <<https://www.fao.org/family-farming/detail/fr/c/454156/>> acesso em 28/01/2026.

FURTADO DA SILVA, A. C. G. F. da S.; FORMIGHIERI GIORDANI, R. C.; BEZERRA, I. **Elos entre ecofeminismo, agroecologia e soberania alimentar.** Tensões Mundiais, [S. l.], v. 17, n. 33, p. 113–132, 2021. DOI: 10.33956/tensoesmundiais.v17i33.2926. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/2926>. Acesso em: 20 jan. 2026.

GADELHA, Renata Rocha. **AGROECOLOGIA E ECOFEMINISMOS:INTERFACES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.** Humanas e Sociais V.8 • N.3 • 2020 • Fluxo Contínuo

GELBCKE, Daniele Lima; ROVER, Oscar José; BRIGHTWELL, Maria das Graças Santos Luiz; SILVA, Clécio Azevedo da; VIEGAS, Mauricio da Trindade. **A “proximidade” nos circuitos de abastecimento de alimentos orgânicos da Grande Florianópolis – SC – Brasil.** Florianópolis, 2018.

LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade.** Anuário Antropológico 2002/2003. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004

MAIZZA, Fabiana e OLIVEIRA, Joana Cabral de Oliveira 2022. **Narrativas do cuidar: mulheres indígenas e a política feminista do compor com plantas.** Mana, 8(2): 1-33. 2022.

OLIVEIRA, Joelson Ferreira de. 2020. Terra vista, Terra-Mãe. **Existência grandiosa no campo.** Políticas da Terra, Caderno de leituras no. 111.

NORONHA, Isabela; FRAGA, Lais S. **DIMENSÕES DO CUIDADO: TERRA E AGROECOLOGIA PARA AGRICULTORAS DO MST.** Revista Ártemis, vol. XXX nº 1; jul-dez, 2020. pp. 466-487. ISSN: 1807 - 8214

PALM, Juliano Luís; PORTO, Marcelo Firpo. **Agroecologia e soberania alimentar: lutas por justiça e alimentação saudável em territórios periféricos urbanos.** Saúde debate 48 (spe1) • Ago 2024 • <https://doi.org/10.1590/2358-28982024E18576P>

ROVER, Oscar José. **Agroecologia, mercado e inovação social: o caso da Rede Ecovida de Agroecologia.** Ciências Sociais Unisinos 47(1):56-63, janeiro/abril 2011

SABOURIN, Eric; SCHNEIDER, Sergio; LOZANO, Yuly Andrea Gómez, GOULET,

Frederic; GRISA, Catia, VISCAY, Lautaro e SOURISSEAU, Jean-Michel. **A importância estratégica da Agricultura Familiar para alimentar o mundo e preservar o planeta.** Revista Le Monde Diplomatique Brasil - Edição 221 - DEZ. 2025

SILIPRANDI, Emma. AGROECOLOGIA: EM DIREÇÃO À TRANSDISCIPLINARIDADE. 2005

STROPASOLAS, V. L. **Tecendo os fios condutores de um debate: que desafios, perspectivas e proposições para as agriculturas de base familiar e camponesa do Brasil.** In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Orgs.). Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017, p. 436-472.

WEDIG, Josiane Carine; RAMOS; João Daniel Dorneles. **Colonialismo, plantation e Antropoceno: o controle sobre corpos e territórios.** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 86, p. 16-30,dez. 2023

TRUNINGER, Mônica. **As bases plurais da confiança alimentar nos produtos orgânicos: da certificação ao teste da minhoca: da certificação ao teste da minhoca.** Dados: Ambiente & Sociedade São Paulo v. XVI, n. 2 p. 81-102 abr.-jun. 2013